



**“Atravessei o mar**  
Um sol da América do Sul me guia  
Trago uma mala de mão  
Dentro uma oração  
Um adeus  
Eu sou um corpo

Um ser  
Um corpo só  
Tem cor, tem corte  
E a história do meu lugar  
Eu sou a minha própria embarcação  
Sou minha própria sorte”. [...] **Um Corpo no Mundo - Luedji Luna**

Neste ano em que comemoramos os 30 anos do Código de Ética do/a Assistente Social, é tempo de reafirmar a defesa intransigente dos princípios éticos e da direção política construída pelo Serviço Social brasileiro no compasso das lutas da classe trabalhadora. Nas últimas décadas, vivemos o aprofundamento da crise estrutural do capital, com ampliação da desigualdade social, aumento da fome, precarização das condições de vida e de trabalho, com profundas repercussões na vida das/os trabalhadoras/es e dos segmentos historicamente mais afetados pelo caráter regressivo-destrutivo do modo de produção vigente, como mulheres, pessoas negras, quilombolas, povos originários, LGBTQIA+, pessoas com deficiência e pessoas idosas.

A dinâmica da realidade concreta nos convida, cada vez mais, a reconhecer a diversidade e as demandas da classe trabalhadora brasileira, compreendendo que não há luta anticapitalista dissociada das lutas antirracista, anticapacitista, antietarista, antiheteropatriarcal, e das demais lutas antiopressões. O Conjunto Cfess-Cress vem cumprindo uma importante tarefa de incorporar tais lutas em sua agenda política - e aqui ressaltamos nosso compromisso em avançar na construção de ações concretas contra o capacitismo. Seguimos intransigentemente nas diversas trincheiras por vida-liberdade, ecoando as vozes e construindo as lutas que nos direcionem para uma sociabilidade radicalmente livre e humanamente emancipada.

Nós assistentes sociais reunidas/os em Brasília no 50º Encontro Nacional do Conjunto Cfess-Cress, somos parte dessa diversidade da classe trabalhadora que resiste e luta nestes tempos. Foi nessa cidade, terra do “poder” e

palco de inúmeros tensionamentos e disputas, que presenciamos no dia 08 de janeiro de 2023 o lamentável ataque da extrema direita contra a já limitada democracia brasileira, instituída nos marcos liberais-burgueses. Ataque este que buscava o retorno ao poder do governo genocida e nazi-fascista de Bolsonaro-Mourão.

É certo que não temos nenhuma ilusão de que a derrota de Bolsonaro nas urnas suprimiu as contradições vivenciadas por trabalhadores/as neste país. Sabemos da magnitude dos desafios do tempo presente, pois ainda enfrentaremos as consequências vivenciadas neste período recente. As conquistas civilizatórias e os direitos sociais, seguem sofrendo ameaças cotidianas, especialmente pelo contexto do avanço do conservadorismo reacionário, inclusive no interior de setores da classe trabalhadora, que atentam contra pautas e defesas libertárias. Contudo, ressaltamos a importância da derrota do desgoverno dos últimos quatro anos.

O projeto de morte expresso na postura negacionista e nas omissões do Governo Federal frente à devastação humanitária e a falta de políticas de enfrentamento à crise sanitária instalada, relegou as populações racializadas a condições aviltantes de vida e acarretou em milhares de mortes que poderiam ter sido evitadas.

A travessia desse tempo, marcada por inúmeras contradições, evidenciou os retalhos deste país forjado a partir do colonialismo e da herança escravocrata, demonstrando que desde a escravidão a ferida do racismo estrutural permanece aberta. Os conflitos étnico-raciais e o racismo institucional fazem parte do próprio modus operandi das violências reproduzidas pelo Estado.



É também em Brasília que presenciamos o debate referente ao PL 2.903/23, que dispõe sobre o Marco Temporal. Parafraseando Marcos Sabaru “uma máquina de moer história”, história na qual todas/os/es estamos inseridos/as/es, em tempo, espaço e movimento. Conforme também já manifestou o Cfess “O Marco Temporal é uma afronta à democracia e aos povos originários, pois legitima o histórico de genocídio e o etnocídio, apagamento dos direitos indígenas, violentando a saúde dos ecossistemas, o direito à terra, organização social, costumes, tradições e crenças, impulsionando processos violentos de empobrecimentos dos povos”. (CFESS, 2023).

A ganância do modo de produção capitalista e do agronegócio, avança vorazmente pelo cerrado com as monoculturas e violência em terras indígenas e assentamentos rurais, matando lideranças que lutam intransigentemente pelos seus territórios. Todos os aparatos normativos e jurídico-políticos foram destruídos pelo desgoverno anterior, tendo como marco a liberação de 1.629 agrotóxicos, atingindo seu recorde em 2022, conforme noticiado pelo Brasil de Fato em 10 de março de 2023. Cenário este que não é vivenciado sem luta e resistência pelos povos indígenas, do campo, das águas e das florestas.

Em meio ao desfinanciamento das políticas sociais foi, novamente, naturalizado o discurso “de que não há orçamento público suficiente”. As políticas de seguridade social foram desmontadas em um processo de aceleração de contrarreformas que precisam ser revogadas, e de ajuste fiscal que deve ser revertido. Tais medidas impactam diretamente no acesso da população aos direitos e nas condições de vida e trabalho de todas/os trabalhadoras/es. Portanto, é estratégico a participação da categoria na disputa pelo fundo público, via elaboração e discussão dos orçamentos das políticas públicas.

Passados dez anos das Jornadas de Junho, e na esteira dessas resistências ao pro-

jeto de morte-aprisionamento, Brasília, solo das contradições, acolheu inúmeras margaridas, que em meio a aridez do cerrado brotaram na trilha pela reconstrução de novas relações sociais pautadas no direito às liberdades, diversidade, justiça e respeito. Também nesse solo, tivemos mulheres como Marylucia Mesquista, Anazir Maria de Oliveira, Dona Ivone Lara, Irotilde Gonçalves Pereira e Cristina Abreu.

Nos manifestamos contra a anistia aos golpistas e genocidas, que seria repetição dos episódios históricos de perdão a ditadores, fascistas e escravagistas. No mesmo sentido, nos somamos no enfrentamento à violência do Estado brasileiro contra a população negra nas periferias, bem como aos massacres nos territórios indígenas, nos conflitos por terra e moradia. Estamos na luta por justiça frente ao assassinato brutal de Marielle e Anderson e ao recente assassinato de Mãe Bernadete, yalorixá do Quilombo Pitanga do Palmares no estado da Bahia e coordenadora da Coordenação Nacional de Articulação dos Quilombos (CONAQ). Queremos saber quem mandou matar Mariele e porquê! Exigimos a proteção das lideranças quilombolas e indígenas e demais defensores/as dos direitos humanos e dos movimentos sociais, bem como a apuração dos crimes cometidos.

É tempo de ocuparmos os espaços coletivos, com arte, com afetos revolucionários para fortalecer a democracia, a liberdade e a educação emancipadora que são valores éticos centrais das/os Assistentes Sociais. De seguir na trajetória de autonomia das entidades profissionais em relação a governos, com coerência das bandeiras de lutas do Serviço Social.

**Após 52 anos de Encontros Nacionais do Conjunto CFESS\CRESS, começaremos tudo outra vez!**

**Texto aprovado pela Plenária do 50º Encontro Nacional CFESS-CRESS**